

VARADOUROS¹: A GEOGRAFIA DE CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

Glauco Bruce Rodrigues²

Universidade Federal Fluminense (UFF)
Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil



Enviado em 15 abr. 2024 | Aceito em 2 jul. 2024

Resumo: *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)* é uma das maiores obras da Geografia brasileira. Aqui, neste pequeno texto, busco identificar e apresentar as contribuições e formulações mais importantes e originais da obra-prima de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Espero, assim, prestar uma breve homenagem àquele que foi mestre de todos nós.

Palavras-chave: Carlos Walter Porto-Gonçalves; Movimentos Sociais; Seringueiros; Amazônia

VARADOUROS: THE GEOGRAPHY OF CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

Abstract: *Mapping in the paths of the world: from the seringalista territoriality (the seringal) to the seringueira territoriality (the extractive reserve)* is one of the greatest works of Brazilian Geography. Here, in this short text, I seek to identify and present the most important and original contributions and formulations of the masterpiece by Carlos Walter Porto-Gonçalves. I hope, thus, to pay a brief tribute to the one who was a master to all of us.

Keywords: Carlos Walter Porto-Gonçalves; Social Movements; Rubber Tappers; Amazon

VARADOUROS: LA GEOGRAFÍA DE CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

Resumen: *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)* es una de las mayores obras de la Geografía brasileña. Aquí, en este pequeño texto, busco identificar y presentar las contribuciones y formulaciones más importantes y originales de la obra maestra de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Espero, así, rendir un breve homenaje a aquel que fue maestro de todos nosotros.

Palabras clave: Carlos Walter Porto-Gonçalves; Movimientos Sociales; Caucheros; Amazonia

1. "Os varadouros são as estradas, os caminhos abertos no meio da mata para conectar uma colocação ou seringal aos outros. Eram por essas trilhas que os seringueiros caminhavam (e caminham) para "riscar as seringueiras" para extrair o látex usado na produção da borracha". <https://ovaradouro.com.br/quem-somos/>

2. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Território e Conflitos Sociais. Uma vez LEMTO, sempre LEMTO [Laboratório de Movimentos Sociais e Territorialidades]. E-mail: glauco_bruce@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4876-3344>. Agradeço aos professores Rogério Haesbaert e Valter do Carmo Cruz pela iniciativa de organizar esse dossiê especial e pelo convite para poder participar da homenagem a Carlos.

O amargo mel de Campos³: o início

A experiência crucial que aproximou Carlos⁴ das lutas e movimentos sociais ocorreu em 1976, no município de Campos dos Goytacazes, quando ele ministrava a disciplina de Geografia Humana para o curso de História na Faculdade de Filosofia de Campos.

Sabemos que o município sempre se destacou como uma área produtora de cana-de-açúcar e que tal atividade foi intensificada durante o regime militar em função do Proálcool, que criava condições favoráveis para a expansão da produção. Tal processo teve como consequência a intensificação dos conflitos agrários e dos impactos ambientais, afetando diretamente camponeses e pescadores da região. Um dos maiores conflitos ocorreu por conta do uso intensivo da água pela lavoura, levando à redução do nível dos rios e lagoas da região. Para ampliar a área de cultivo, estava sendo realizada uma obra que aprofundava o canal da Barra do Furado, que comunicava a Lagoa Feia com o mar. Assim, o volume de água para o oceano iria aumentar, causando a redução do corpo hídrico da lagoa e ampliando a área disponível para o cultivo.

Os alunos do curso de História solicitaram que Carlos realizasse um estudo técnico para embasar as denúncias feitas pelos camponeses e pescadores da região, que estavam organizados na luta contra a obra. O levantamento realizado por ele demonstrou que em apenas 8 anos, entre 1968 e 1976, a lagoa Feia tinha perdido mais de 50% de sua área original (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 19). Um parêntesis: aos que estranham seu domínio técnico sobre análises lagunares, Carlos fez sua iniciação científica em Geografia Física, foi bolsista de iniciação científica do professor de Pedologia Waldemar Mendes e, posteriormente, em Geomorfologia Costeira, orientado pelo professor Dieter Muehe, desenvolveu pesquisas exatamente em ambientes lagunares na Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro.

Vejamos o que o próprio autor nos diz sobre tal experiência:

Ali me vi implicado, pela primeira vez, diretamente num conflito na condição de profissional de Geografia. Enfim, a questão da relação entre geografia e conflito social começava a entrar na minha vida, embora ainda não entrasse em minhas formulações teóricas de Geografia. Aliás, essa desconexão entre estar implicado com a luta social e a teoria geográfica propriamente dita, me acompanharia alguns anos, como se poderá ver mais adiante. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 19)

Além da relação entre Geografia e conflito social, esta experiência também produziu um outro efeito que constituiu toda a trajetória política e intelectual de Carlos: a clareza e a convicção de que existem diversas formas de produção de conhecimento, de produção de sentido e de significação do mundo e que tal diversidade deve ser colocada no centro das reflexões. Assim, neste encontro, Carlos aprendeu que pescadores e camponeses produzem um saber, um tipo de conhecimento que não é inferior ao científico e deve ser tratado em uma relação dialógica e horizontal na qual as trocas e o enriquecimento mútuo devem ser os norteadores da ação e da reflexão. Não se trata, portanto, de tomar um conhecimento como superior ao outro, mas como complementares. É o que ele denomina de *matrizes de racionalidade*:

Confesso, que o que mais me chamou a atenção naquele momento e que já, desde ali, me marcaria do ponto de vista teórico-político foi ver que aqueles camponeses, a partir de outros

³ Referência ao artigo Espaço e luta: o amargo mel de Campos, publicado no livro Paixão da Terra – Ensaio Crítico de Ecologia e Geografia (PORTO-GONÇALVES, 1984).

⁴ Por conta da ocasião em que este texto foi escrito, não consegui manter o distanciamento e a formalidade necessários. Peço a compreensão e desculpas ao leitor ou leitora, mas foi impossível escrever “o autor”, “Porto-Gonçalves” ou “Carlos Walter”. Tentei inúmeras vezes, mas a única maneira que consegui me referir ao meu mestre e amigo ao longo do texto foi “Carlos”.

recursos cognitivos, tinham um refinado conhecimento da dinâmica lagunar. Ali, também, me sentira muito à vontade pelo domínio que eu tinha da dinâmica lagunar em geral por todo o aprendizado que tivera nas pesquisas de Geomorfologia Costeira com o professor Dieter Muehe. Aquela convicção que a dinâmica ecogeográfica ou geoecológica é fundamental para o devir social ganhava ali um conteúdo empírico-concreto com enormes implicações epistêmicas e políticas para mim. Enfim, formei a convicção que há muitas matrizes de racionalidade distintas e, assim, múltiplas epistemes desenvolvidas por diferentes povos/comunidades/etnias/grupos/classes sociais. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 20).

Estes dois elementos são cruciais para compreender a vida e obra de Carlos: em primeiro lugar, a relação entre Geografia, movimentos e conflitos sociais e, em segundo lugar, as diferentes matrizes de racionalidade. No entanto, como ele mesmo afirma, “a questão da relação entre geografia e conflito social começava a entrar na minha vida, embora ainda não entrasse em minhas formulações teóricas de Geografia” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 19).

A primeira aproximação teórica se dá em 1978, com a apresentação do texto *A Geografia Está em Crise. Viva a Geografia!*, no Encontro Nacional de Geógrafos daquele ano. No entanto, segundo o próprio autor, apenas no final dos anos de 1980 é que a ideia de uma geografia dos conflitos iria efetivamente se consolidar em termos teóricos e metodológicos. Mais uma vez, tal movimento é inseparável da experiência de Carlos junto aos movimentos sociais: é exatamente a partir da segunda metade dos anos de 1980, que ele se torna organicamente vinculado ao movimento dos seringueiros do Acre, do qual foi assessor. Foi nesta experiência que ele pôde contribuir, junto com outros pesquisadores e intelectuais implicados com movimentos sociais, para a elaboração e criação das Reservas Extrativistas.

O ponto culminante deste esforço de sistematização se deu entre 1994 e 1998, durante o seu doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, sob a orientação da professora Lia Osório Machado. Em 2003 a tese é publicada como livro pelo IBAMA com prefácio de Enrique Leff.

foi em minha tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ, em 1998, que de modo mais sistemático expus a relação entre a *geografia, conflito e movimentos sociais onde a geografia é declinada em um tempo verbal em movimento* como revela o próprio título da tese *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 26; grifos nossos).

Os fundamentos de *Geografando*: política, teoria e método

É crucial lembrar o nome da professora Lia Osório, pois foi ela quem sugeriu uma mudança no desenvolvimento do trabalho. Temos aqui um exemplo paradigmático da importância de uma orientação competente e rigorosa. Até então, a tese estava sendo construída em uma perspectiva relativamente comum sobre a Amazônia, ainda que de um ponto de vista crítico: a análise regional feita por cima e de fora da região, pouco considerando os sujeitos de dentro e de baixo, como dizia Carlos. Nesse ponto se deu a intervenção da orientadora. Lia Osório lamentou que o trabalho não incorporava toda a experiência acumulada de Carlos na sua atuação junto aos movimentos sociais da região, particularmente de sua trajetória junto aos seringueiros na condição de assessor. Por que não tomar a experiência dos que lutam e vivem na e a partir da própria Amazônia como chave central da pesquisa? Por que deixar de lado a experiência histórica e geográfica concreta dos que estão implicados diretamente no processo? Tais observações foram cruciais. Com a palavra, o próprio Carlos:

Devo à Prof.^a Lia Osório, minha orientadora no Doutorado, uma fina observação que me chamou a atenção para o lugar de enunciação, de certa forma afortunado, de minha relação com a Amazônia. Normalmente o debate acerca da Amazônia é mais um debate sobre a Amazônia e que ignora a perspectiva própria dos amazônidas. A Prof.^a Lia Osório me chamou a atenção que eu dominava o discurso sobre a Amazônia e, por minha vivência com os movimentos sociais da região, eu tinha acesso também à visão dos amazônidas e, assim, eu experimentara essa dupla perspectiva, de dentro e de fora. E entre os de dentro da região ganha destaque minha vivência com os grupos sociais em situação de subalternização em luta para superar essa condição, no caso com os seringueiros. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 25)

A mudança de orientação não é simplesmente de enquadramento ou de objeto. Ela trouxe implicações estéticas, políticas, teóricas, metodológicas e epistemológicas. Na verdade, a observação jogou luz em uma tensão que já estava posta e sendo experimentada desde 1976, mas que até o momento não tinha sido tratada de forma sistemática pelo autor: a relação de sua prática política absolutamente implicada com os movimentos sociais⁵ e sua formação de geógrafo que, a seu ver, não lhe permitia tratar e incorporar de forma orgânica as lutas e os conflitos. Era o momento de sistematizar e explicitar teórica e metodologicamente uma experiência de mais de 20 anos de luta política e produção intelectual. Nossa modesta contribuição é de ressaltar alguns dos fundamentos teóricos e metodológicos que consideramos os mais importantes de sua principal obra.

Que Geografia? Do substantivo ao verbo

O primeiro capítulo do livro é denominado “Das localizações” onde o autor busca justificar a legitimidade de um campo ou objeto de pesquisa através da explicitação de suas escolhas. Assim, sua primeira localização diz respeito à constituição da disciplina e uma elaboração crítica de seus pressupostos e fundamentos. A partir daí, a formulação de uma outra perspectiva que permita a incorporação orgânica, ativa e efetiva dos conflitos sociais no âmbito da Geografia.

Carlos parte dos trabalhos que emergiram a partir da década de 1970 e que realizaram a renovação crítica da disciplina, processo do qual ele também fez parte⁶. Não trataremos deste momento em função da vasta literatura existente sobre o tema. Do grande conjunto de reflexões, aquela que se torna fio condutor do trabalho é a ideia de que “toda sociedade ao instituir-se como tal, institui, no mesmo movimento, e não antes ou depois, o seu espaço (...). *Essa formulação implica considerar o espaço como parte constitutiva das relações sociais (...)*” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 32; grifos nossos). Este é o ponto fundamental a partir do qual se desenvolvem as demais formulações.

São as relações sociais que instituem uma ordem de significação simbólica e apropriação material do mundo. Assim, não há apropriação material do mundo que não seja, ao mesmo tempo, simbólica, que atribui às ações e aos objetos um sentido, um significado. Da mesma forma são constituídos conjuntos de leis, normas, códigos e valores que regulam e organizam toda e qualquer sociedade. Mais do que isso, existe a instituição de um espaço de validade das normas, valores e leis.

⁵ Apenas um exemplo: Carlos iniciou seu doutorado na USP, na segunda metade da década de 1980. Terminou os créditos, mas abandonou o curso em função das suas atividades junto aos seringueiros: “Tentei fazer um doutorado na USP e abortei esse doutorado. Cheguei a frequentar, fazer os créditos e não fiz a tese, e podia ter feito, porque eu escrevi durante o período que eu estava lá ‘Os descaminhos do meio-ambiente’. Mas eu fiz para a militância, eu fiz para poder entrar no debate. E na época eu estava muito envolvido na luta dos seringueiros, com Chico Mendes. Chico estava vivo e eu estava no auge do meu envolvimento com ele. E aí nesse tipo de trabalho você não pode negar a informação. E tive que fazer memorial descritivo para demanda de terras, e eu era a única pessoa que eles confiavam para esse trabalho.” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 8).

⁶ As principais referências que ele utiliza são os trabalhos de Yves Lacoste, Paul Claval, Massimo Quaini, Edward Soja, David Harvey, Ruy Moreira, Milton Santos, José Willian Vesentini e Marcelo Lopes de Souza.

Nesse sentido, se constituem limites entre nós e eles, fronteiras materiais e simbólicas que caracterizam determinada sociedade, comunidade ou grupo.

No entanto, quais eram os sujeitos sociais hegemônicos na disciplina? De um lado, o Estado, compreendido até 1970 como única fonte de poder político e sinônimo de território; de outro lado, em uma perspectiva crítica, as diferentes formas e estratégias de reprodução do capital e o Estado compreendido como uma estrutura heterônoma que garante o processo de reprodução capitalista. O que há em comum às duas perspectivas é que elas excluem de suas formulações outros sujeitos sociais que não sejam os hegemônicos e situam o processo de produção do espaço, do território e da história apenas nas ações estruturais “dos de cima”, como Carlos costumava dizer. Não se trata, em hipótese alguma, de desconsiderar, desprezar ou descartar as estruturas e os sujeitos hegemônicos. Trata-se, isso sim, de retirar desses sujeitos o monopólio da ação e enquadrá-los em uma dinâmica conflituosa e dialética com outros protagonistas, que também agem e não apenas respondem a estímulos e ações de outros.

Trata-se, afinal, de uma Geografia que busca

entender como se dá a construção, por sujeitos sociais concretos, do seu espaço, entendendo que é na própria tessitura das relações sociais que se delineiam os lugares de cada um numa determinada ordem de significação, que, por sua vez, dá sentido não só à relação dos homens entre si, como também à relação destes com a natureza. Desta forma, a natureza é objeto de uma luta por sua apropriação material que é sempre mediada simbolicamente. O espaço não é visto como algo externo às relações sociais, de modo dissociado. Sabemos que esta abordagem ao produzir epistemicamente essa disjunção – espaço e sociedade – prepara o terreno para, logo em seguida, estabelecer uma relação de causalidade linear, seja do espaço para a sociedade – o espaçocentrismo –, seja da sociedade para o espaço – o sociocentrismo. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 38)

Assim, os sujeitos sociais concretos vão produzindo seu espaço à medida que produzem e instituem a si mesmos. Aqui, existe a recusa da ideia do espaço como uma instância da sociedade, mesmo se admitindo que ele seja um produto das relações sociais. Existe uma perspectiva de imanência e de superar aquilo que Cornelius Castoriadis denominou de lógica identitário-conjuntista, característica do pensamento moderno, que opera a partir da definição de conjuntos e elementos definidos e distintos. Ainda assim, permanece uma lição fundamental: conforme a sociedade se institui a si mesma e seu espaço, os diferentes grupos/classes ocupam, apropriam-se e distribuem-se de diferentes formas no espaço, o que implica dizer que um determinado posicionamento pode afetar a posição do outro.

Essa forma de colocar a questão opera uma transformação na maneira de compreender a Geografia: ela deixa de ser substantivo (uma disciplina, a geografia das coisas, dos fluxos e processos) e passa a ser verbo, ação. Aqui encontramos o significado mais profundo da passagem da geografia para geografar, o ato, a ação de ir marcando a terra, a ideia de ir *geografando o mundo*: “Desse modo, é possível dizer-se que a Geografia é mais do que um substantivo; é sim, um verbo que indica o ato de marcar, grafar (grafia) a terra (geo) e que implica, portanto, sujeitos sociais” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 33).

Por meio dessa experiência, foi possível vislumbrar um novo sentido para a Geografia. Afinal, o que os seringueiros estavam fazendo era grafar a terra, marcar a terra, dando um outro sentido à terra, enfim, *estavam geografando*. Percebi, então, que a Geografia não é um substantivo, simplesmente. Que a geografia pode significar, também, o ato de marcar a terra, enfim, ser um verbo, uma ação. Entrevi, então, que havia *uma possibilidade teórica de fazer Geografia a partir daqueles segmentos da sociedade que se organizam para lutar por direitos*. Senti que era possível uma Geografia que não fosse necessariamente ‘funcionária do rei’. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 54: grifos nossos)

Movimentos Sociais: os protagonistas

Uma categoria central na obra de Carlos é a de *protagonista*. O *protagonista* é aquele que *inicia a ação*. Ao agir, o protagonista está imprimindo movimento na sociedade (no tempo e no espaço). A categoria protagonista, nesta perspectiva, indica *quem* iniciou a ação a partir de uma determinada experiênci:

A escolha da expressão protagonista tenta aqui recuperar o sentido grego de *protos* "primeiro, principal" e *agonistes* "lutador, competidor". Assim, não se recusa inteiramente o sentido de 'personagem principal', mas se procura enfatizar o caráter de *agonistes*, 'de competição e luta', para que se afirme como *protos*, primeiro, principal. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 93).

O uso da categoria protagonista procura indicar a capacidade de agir de outros sujeitos sociais que não apenas respondem ou resistem a ações de outros, mas que são, por si só, capazes de afirmar sua existência e, nesse sentido, são sujeitos ativos na produção e instituição de suas próprias histórias e geografias. Carlos chamava a atenção, sem recusar, para a ambiguidade do tradicional e importante conceito de sujeito social: o sujeito pode ser passivo, ou seja, aquele que sofre a ação, enquanto a ideia de protagonista busca explicitar o caráter ativo, ou seja, aquele que inicia a ação.

Os protagonistas concretos da Geografia de Carlos são os movimentos sociais, ou, nas palavras de Edward Palmer Thompson, "os homens e mulheres de carne e osso". São aqueles sujeitos coletivos que se organizam para lutar por transformações nas relações sociais e de poder e na espacialidade hegemônica. São sujeitos portadores de novos sentidos e significações do mundo e da vida que se organizam para buscar instituir novos direitos de acordo com suas próprias singularidades políticas, econômicas e culturais. São sujeitos portadores de novas possibilidades históricas e geográficas, ou seja, portadores de novos futuros possíveis.

Marx já alertava que o capital é uma relação social e não uma coisa. Thompson, em a *Formação da classe operária inglesa* diz que a classe social, tal qual o capital, é uma relação e não uma coisa e, dessa forma, coloca em questão a centralidade que a ideia de classe tem na expressão "luta de classes". Para o historiador inglês, a ênfase deve ser dada no processo, na luta. É através da experiência concreta das contradições sociais e da elaboração coletiva do significado dessa experiência que a classe se forma e não antes. Portanto, é a luta que forma a classe e não contrário. Assim, não é o lugar que os indivíduos ocupam em relação aos meios de produção que definem a classe, mas sim as lutas através das quais uma coletividade produz para si uma identidade política e cultural que se institui no processo contraditório e conflituoso com/contra outra(s) classe(s). Assim, "privilegiar a dimensão *luta* e não aquela relativa à *classe*, se abre um enorme espaço à contingência e ao acaso, escapando assim às reduções determinísticas racionalistas" (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 366, grifos no original).

Se o espaço é parte constitutiva das relações sociais, a conclusão que se impõem é que cada grupo, comunidade ou classe produz e ocupa, em relação conflituosa com outros, um determinado espaço, um determinado lugar. Dessa forma, as "classes sociais se constituem, assim, nas e pelas lutas que os protagonistas travam em situações concretas e que *conformam os lugares que não só ocupam, mas constituem*" (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 366; grifos nossos). A última frase explicita a dimensão espacial das classes ou, como preferia o autor, sua geograficidade. Toda classe ocupa um lugar, que é social e geográfico ao mesmo tempo. E o lugar que ocupa é definido pela dinâmica contraditória das relações sociais e de poder. Portanto, outra conclusão que se impõe é que qualquer

luta que aponte para transformações nas relações sociais e de poder implica, necessariamente, uma mudança de lugar. Assim,

A expressão movimento social ganha, assim, para nossa compreensão das identidades coletivas um sentido geográfico muito preciso: é o que vemos como aquele processo por meio do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa dada circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais (Bourdieu) de que já dispõem, tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca de afirmação de qualidades que, acreditam, justificarem sua existência. A própria ideia de que toda sociedade institui uma determinada ordem nos remete ao fato de que uma ordem é sempre um determinado modo (ele mesmo instituído) como os entes se apresentam entre si, configurando uma totalidade que faz sentido para aqueles que a constituíram. Pode-se, por exemplo, falar de ordem alfabética ou ordem numérica, sempre indicando o modo como cada parte se apresenta em relação à outra, configurando essa mesma ordem. Assim, movimento (social) é, rigorosamente, mudança de lugar (social) sempre indicando que aqueles que se movimentam estão recusando o lugar que lhes estava reservado numa determinada ordem de significações. Deste modo, todo movimento social é portador de uma nova ordem em potencial, não sendo destituído de sentido o fato daqueles que estão em posição hegemônica numa determinada ordem, estigmatizar como desordeiro aquele que questiona (sua) ordem. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 366-367).

Assim, a ideia central do trabalho de Carlos é apreender como um movimento social, no âmbito das relações sociais e de poder, produz para si uma identidade política e cultural territorializada. Uma vez que a territorialidade não é um dado, mas produzida “na tessitura das relações sociais, trata-se de tentar fazer a reconstituição de como o movimento social dos seringueiros foi elaborando sua própria identidade política, apropriando-se material e simbolicamente do espaço, nas suas relações com/contra outros sujeitos sociais” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 37).

Uma Geografia cuja centralidade é a ação social: *geografar*.

Território, territorialidade e territorialização

No debate e uso do conceito de território, Carlos toma como referência as obras de Claude Raffestin e Robert Sack e as coloca em diálogo com as formulações do sociólogo Pierre Bourdieu sobre os conceitos de *habitus* e *habitat*⁷. Desse diálogo, podemos afirmar que o conceito de território utilizado possui como atributo fundamental a ideia de apropriação: um espaço apropriado material e simbolicamente por um grupo ou classe social com certa estabilidade histórica.

Há um espaço de referência identitário, um *habitat*, onde esses protagonistas desenvolveram seus *habitus* de onde emanam, nas circunstâncias, práticas que formam/transformam esse mesmo espaço de referência identitário, esse *habitat*. Fazem, assim, do espaço, território, isto é, em algo próprio, apropriado material/simbolicamente. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.94).

Um território expressa, ao mesmo tempo, dinâmicas políticas, econômicas e culturais, expressa uma forma singular de se apropriar e significar o mundo, uma maneira singular de existir e significar a vida. Este espaço apropriado demarca um limite, uma fronteira entre os de dentro e os de fora. Para o autor,

⁷ “Essa dialética *habitat* e *habitus* ou, se preferir, história reificada e história incorporada ou, ainda sistema de objetos e sistema de ações, permite-nos captar a constituição da identidade político-cultural e de ordenamento do espaço geográfico como se pode depreender das lutas intensas para afirmar ‘o modo de percepção legítima (Bourdieu) do próprio espaço, isto é, das lutas tensas e intensas pelo poder de nomear, afirmar/reconhecer identidades, atribuir valores/sentidos aos diferentes seres, do espaço e do tempo” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 368). Em uma nota de rodapé (4), na mesma página, Carlos ressalta que “Em livro recente, Santos, 1997, aponta na mesma direção ao abordar o espaço geográfico como um ‘sistema de objetos’ e um ‘sistema de ações”. Na bibliografia não consta nenhum Santos, 1997, mas sim, Santos, 1996. Acreditamos que tenha sido um erro de digitação e a obra a qual ele se refere é *A Natureza do espaço*.

Toda sociedade ao se constituir define não só o conjunto de normas, valores e regras de sua convivência, como também o espaço de validade dessas normas, valores e regras por meio das quais seus membros se identificam. Assim se tece um *ethos* pelo qual se define um *nós* em relação a um *eles* e, assim, os limites territoriais, as fronteiras materiais/simbólicas de uma determinada comunidade humana (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 33)

... território passa, então, a ser o externo incorporado, aquilo que faz com que um determinado grupo social tenha como seus limites, em dois sentidos, pelo menos: até onde não só pode, no sentido de poder, como também até onde tem validade, legalidade, o que define como suas regras, suas normas, os limites dessa própria apropriação. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 37).

É possível observar que o conceito de território se amplia para além do Estado-Nação, sem negá-lo, e permite trabalhar com a ideia de múltiplos territórios coexistindo. Continua o autor:

Aqui o território aparece como expressão de um campo de direito, de normas de vigência de um Estado. Essa dimensão jurídico-política enquadra, todavia, as condições nas quais se inscrevem as relações socioespaciais: é que os protagonistas recorrem ao Estado não só como árbitro de mediação de conflitos, mas também como limite a ser transposto como, por exemplo, quando um seringueiro procura fugir da dívida com o barracão do patrão ou, ainda, para escapar da punição de um crime. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 67)

No entanto, mais do que compreender o território como uma substância ou um contêiner de poder, Carlos coloca ênfase nos processos de instituição do território – a territorialização – e nas relações sociais que conformam sua organização material, simbólica e política – a territorialidade: “Assim, mais do que o território como uma substância, é preciso admitir os processos de tornar próprios os espaços, enfim, de processos de territorialização e, assim, de territorialidades” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 261). Essa é a tríade conceitual que Carlos utiliza para articular forma e processo social de maneira indissociável e, mais do que isso, imanente⁸.

Tais formulações se dão no âmbito da análise concreta do movimento dos seringueiros. Na luta pelo reconhecimento do seu território, que expressa uma territorialidade, o movimento produziu a ideia da reserva extrativista. Aqui, a luta do movimento não pode ser confundida com luta pela terra: os seringueiros “não lutavam por terra, mas por território, por um determinado modo de se apropriar, de tornar próprio a natureza, o espaço, o tempo, enfim, de tornar-se propriamente seringueiro” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 550). A reserva extrativista era uma forma de afirmar e conquistar um direito “resultante de um longo processo de lutas que conformavam *habitus*, *habitat*, modos de vida e de produção” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 375). Este processo de lutas é a territorialização, a reserva extrativista demarcada é o território e as relações sociais que instituem e definem sua organização interna e formas de apropriação são sua territorialidade.

A Reserva Extrativista expressa a Territorialidade Seringueira com os recursos materiais, políticos e simbólicos que o movimento dos seringueiros dispunha no momento que vai de 1985, quando a ideia é, pela primeira vez formulada enquanto tal, a 1990, quando é con-sagrada e sancionada formalmente, tendo grafado a terra, construídos seus varadouros não só com os memoriais com suas descrições e seus mapas necessários para sua decretação legal, mas também deixando rastros de sangue *pela floresta*. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 375; grifos no original)

Por fim, é importante ressaltar a ideia de conflito de territorialidades. As formulações elaboradas até aqui nos permitem estabelecer premissas teóricas e metodológicas cruciais. Vejamos:

⁸ Tríade conceitual que foi apropriada da obra de *Por uma Geografia do poder*, de Claude Raffestin. Não foi Carlos que a inventou.

- a. O território não é uma exclusividade do Estado-Nação. Portanto, podemos afirmar a existência de múltiplos territórios coexistindo;
- b. Todo protagonista é portador de uma territorialidade própria que o constitui, ainda que ela se expresse concretamente ou não em um território;
- c. As classes e grupos sociais produzem e instituem seus territórios a partir das relações que estabelecem entre si. Em uma sociedade heterônoma, as relações são caracterizadas pela sua conflitividade.

Esses três pontos nos permitem expressar a ideia de conflito de territorialidades: a existência de duas ou mais territorialidades que se opõem, uma vez que exprimem formas não apenas diferentes, mas antagônicas de organização política, econômica e social, formas antagônicas de ser, estar e significar o mundo, formas antagônicas de uso, apropriação e significação da natureza, do tempo e do espaço. Deste processo que emergem as lutas que envolvem, direta ou indiretamente, o uso e a apropriação do território: lutas por reforma agrária, demarcação de territórios tradicionais, reforma urbana, direito à cidade, uso dos recursos naturais, entre outras.

A partir desta estrutura teórica e metodológica, Carlos explicita o conflito de territorialidades que constitui seu trabalho: a territorialidade seringalista X a territorialidade seringueira; o Seringal-Empresa X Reserva Extrativista. De um lado, a propriedade privada, os processos de reprodução do capital articulados em escala local, regional, nacional e global, formas de exploração violenta do trabalho e da natureza, monocultura da exploração intensa do látex; de outro, uma outra matriz de racionalidade que se produziu a partir das relações com caboclos, indígenas e sertanejos, uma outra forma de significar e se apropriar dos múltiplos usos da natureza. Enfim, duas territorialidades que entram em conflito pois estão em disputa pelo/no espaço amazônico.

Sociedade e Natureza, Geografia Física e Geografia Humana

A partir das publicações de *Paixão da terra – ensaios críticos de Ecologia e Geografia* (1984) e, principalmente, *Os (des)caminhos do meio ambiente* (1989), Carlos se torna a principal referência no debate socioambiental da Geografia brasileira. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, sua importância extrapola a disciplina e o Brasil, transformando-se em uma das principais referências latino-americanas. Parte de sua relevância para o debate se dá pela elaboração crítica da dicotomia entre sociedade e natureza a partir da sua experiência com os movimentos sociais. Esse dado é central. É uma crítica produzida a partir da incorporação e do diálogo horizontal com outras matrizes de racionalidade que não operam com a separação sociedade-natureza. Não se trata apenas de reconhecer e valorizar outras formas de produção de conhecimento, mas tomá-las a sério em um diálogo que permita a incorporação crítica de outras formas de pensar e significar o mundo.

A convicção formada na década de 1970 se transforma em estrutura epistemológica e política: o processo de produção de conhecimento, a forma de elaborar a questão, construir um objeto, selecionar e utilizar conceitos, a seleção e utilização de fontes e procedimentos de pesquisa estão subordinados ao princípio geral de crítica e superação da dicotomia entre sociedade e natureza. A forma de pensar está ancorada neste princípio que foi produzido a partir da experiência com outros protagonistas engajados em diversas lutas sociais cujo denominador comum é a diversidade de formas de significar a natureza sem considerá-la mercadoria ou separada da cultura, como pescadores, camponeses, seringueiros, quilombolas, caboclos, povos indígenas, etc.

A territorialidade seringueira é constituída, dentre outros elementos, por uma forma específica de apropriação material e simbólica da natureza: a floresta não é inimiga, mas condição de reprodução social através da utilização dos seus múltiplos recursos (caça, pesca, coleta e agricultura); o conhecimento sobre a dinâmica das chuvas para identificar as regiões mais produtivas

(áreas de maior pluviosidade) e, ao mesmo tempo, para realizar a extração (realizada nos meses mais secos); a abertura e localização das *estradas* ou *varadouros*, que são os caminhos por dentro do seringal; o conhecimento de *sangrar* a árvore e colocar *tijelinha* para colher o *leite*; a dinâmica dos rios que ditam o ritmo da ligação com outros lugares e a forma como eles se tornam referências de identidade coletiva para as comunidades da região; a delimitação da *colocação* como espaço de referência identitário e de reprodução do cotidiano. Tal territorialidade tem como substrato toda uma matriz de racionalidade indígena-cabocla que produziu conhecimento sobre, com e a partir da natureza, sem a qual a reprodução dos seringueiros enquanto grupo/classe seria impossível.

Esse procedimento faz emergir a produção de um conhecimento científico que supera a dicotomia sociedade-natureza de forma absolutamente orgânica. A partir da leitura do texto percebe-se claramente que Carlos não faz nenhum esforço para realizar uma análise não dicotômica, onde natureza e sociedade constituem-se em um mesmo processo.

O que seria a superação da dicotomia sociedade-natureza? Para Carlos significa partir dos seguintes pressupostos (PORTO-GONÇALVES, 1989):

1. A sociedade não está separada da natureza, mas faz parte dela. Podemos aqui remeter à bela formulação de Eliséé Reclus, de que “o homem é parte da natureza que tomou consciência de si mesma”. Assim, o homem é natureza: um animal constituído por células, órgãos, tecidos que necessita se relacionar com outras forças e elementos para viver e se reproduzir (água, sol, alimentos, minerais, vitaminas, etc.). Enfim, todas as implicações e condicionamentos biogeofísicos.

2. A sociedade não se reduz à sua dimensão biogeofísica, logo, não pode ser simplesmente naturalizada nas suas relações sociais e de poder. A cultura e as relações sociais ressignificam as condições biogeofísicas, socializando a natureza.

3. Toda sociedade cria para si um conceito ou uma ideia de natureza, seja ela explícita ou não. Assim, “o conceito de natureza não é natural”. Faz parte da *natureza* da sociedade produzir cultura.

4. Sociedade e natureza não são polos opostos que se excluem e são determinados um pela oposição do outro.

O desdobramento epistemológico, portanto, teórico e metodológico, é a superação entre a dicotomia Geografia Física e Geografia Social (como Carlos prefere chamar). Ainda que reconhecendo a especificidade de cada uma, ambas são mobilizadas de forma orgânica, sem artificialidade e constituem elementos dinâmicos e integrados da análise e da explicação. Sem dúvida há o primado da Geografia Social, por conta das afinidades e debates que o autor se propõe a estudar, mas não é essa a questão. A questão fundamental é a forma como a produção do conhecimento geográfico está embasada nos princípios de não-dicotomia mencionados acima. Supera-se, assim, a lógica identitário-conjuntista de fragmentação da realidade em campos e se realiza uma análise na qual climatologia, geomorfologia, biologia, pedologia constituem, no mesmo plano teórico, parte fundamental da análise, assim como a história, economia, sociologia e a geografia social. As diferentes formas de apropriação material e simbólica da natureza estão alicerçadas em análises dos seus aspectos biogeofísicos em articulação com as formas sociais de apropriação e significação de tais aspectos. Há, portanto, uma integração dos diferentes campos em um mesmo plano sem a dinâmica dicotômica que caracteriza a Geografia moderna.

História e Geografia

Por outro lado, uma Geografia a-histórica é aquela caracterizada pela fragilidade na explicitação e análise dos processos que constituem a produção social do espaço e do território. Fragilidade que se dá no âmbito teórico, ou seja, através da não explicitação dos conceitos e categorias históricas de análise (memória, período, temporalidade, duração, permanência, mudança,

etc.), quanto no âmbito analítico, no qual os processos em si não são devidamente analisados e organicamente articulados às questões que estão sendo tratadas. Isso se expressa em simples referências cronológicas sem a devida justificativa ou com a clássica e entediante “contextualização histórica”, que na maioria das vezes acrescenta pouco ou nada à análise em si.

O ponto de partida é a explicitação do caráter histórico dos processos que constituem suas questões de pesquisa e dos conceitos utilizados para a elaboração das análises.

Sendo assim, a necessidade de sua historicidade se impõe. Isto implica uma opção metodológica que busque compreender a evolução dessa tessitura de relações sociais. Esta opção teórico-metodológica exige, no entanto, que se tenha cuidado a fim de evitar um certo tipo de evolucionismo linear, como se a História fosse cumulativa e unidirecional. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 37)

A historicidade se expressa através da análise minuciosa dos inúmeros processos e fenômenos que constituem a *formação* dos protagonistas (seringueiros e seringalistas) e do território, em suas diversas escalas, de Xapuri ao sistema-mundo. Os contextos e as periodizações (devidamente justificados a partir da ação social), as durações (transformações e permanências), os ritmos da vida social, os conflitos não apenas de territorialidades, mas de temporalidades das diferentes classes/grupos/sociedades imbricadas na formação sócio-espacial da Amazônia, são dissecados e apresentados aos leitores de forma rica e minuciosa. A história não aparece simplesmente como um quadro geral de referência que pouco ou nada acrescenta à análise, ao contrário: ela compõe, de forma orgânica, o processo de análise e explicação, não é um supérfluo que torna a leitura enfadonha, mas um elemento crucial para se apreender “a evolução da tessitura das relações sociais”.

O tratamento dado à historicidade está embasado em uma crítica a uma concepção que pensa a história como uma evolução das sociedades na mesma direção e buscando chegar ao mesmo fim: considerar o processo histórico como uma linha reta cujo destino final é a Europa, tomada como modelo de desenvolvimento político, econômico, tecnológico e cultural. Uma concepção tributária da ideia moderna de progresso que orienta a história para a constituição de sociedades baseadas no tripé Estado-capitalismo-democracia liberal e o que foge a tal modelo é tido, evidentemente, como um equívoco, uma impossibilidade. Estamos diante de um modelo que não está aberto às diferentes formas de ser, estar, pensar e significar o mundo e que concebe a história como um processo de adequação das diferenças a uma única possibilidade. Partindo da crítica a ideia, Carlos, mais uma vez, toma Thompson para pensar a história como um *processo* aberto, dialético, constituído por múltiplas temporalidades e possibilidades.

O ponto central para Carlos é historicizar a evolução das relações sociais que instituíram os protagonistas, suas territorialidades e territórios. Nessa perspectiva, devemos reconhecer dois elementos cruciais para uma análise histórica: as múltiplas relações que ocorrem simultaneamente e as transformações ou permanências dessas relações ao longo do tempo. Estamos diante da clássica questão sincronia (simultaneidade) e diacronia (sucessão). A sincronia nos permite apreender um conjunto de relações e processos que ocorrem, simultaneamente, em um determinado recorte temporal, enquanto a diacronia nos permite realizar a análise do desenvolvimento dessas relações e processos ao longo do tempo. Assim, “o desafio que se impõe é o de dar conta desse movimento entre sincronia e diacronia. Milton Santos vem, já há muito tempo, insistindo nesse caráter do espaço como acumulação de tempos, para o que vou chamar de *contemporaneidade do não-coetâneo*” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 37. Grifos no original).

Qual estrutura metodológica que Carlos utiliza para viabilizar esse tipo de análise? A resposta está na periodização, que pode ser definida como o exercício de recortar o tempo com o objetivo de

identificar unidades específicas dotadas de certo grau de coerência e estabilidade, conferidas por determinados elementos que a constituem e são devidamente explicitados pelo pesquisador.

O passo primeiro é estabelecido o recorte histórico central da pesquisa, que compreende, aproximadamente, o período de 1840 a 1990. O período indica o processo de formação dos protagonistas e suas territorialidades (seringalistas e seringueiros) e os conflitos dessas territorialidades ao longo do tempo. Portanto, o que justifica o recorte é a ação concreta dos sujeitos sociais.

O segundo passo é a construção de periodizações menores delimitadas para a análise de processos ou questões mais específicas de cada um dos protagonistas. Mais uma vez, o que justifica um recorte temporal é o conteúdo político, econômico e cultural da ação social e não marcadores históricos tradicionais, que podem ou não ser mobilizados para contribuir com a análise.

Do lugar para a totalidade. E de volta ao primeiro

A Parte I do livro é denominada *Das localizações* e é constituída por quatro capítulos, cada um demarcando uma localização específica: o primeiro refere-se ao debate propriamente epistemológico da Geografia; o segundo explicita a geograficidade constitutiva dos fatos e ações; o terceiro é a localização da área de estudo; o quarto é a inserção da área de estudo na formação do território brasileiro. A Parte I se constitui como a explicitação teórica e metodológica da pesquisa. Ela demonstra como a análise será encaminhada e efetivada. Gostaria de terminar o texto ressaltando alguns aspectos do método.

O capítulo 2 é denominado *Segunda localização ou A(s) Geografia(as) de um f-ato*. Este capítulo nos ensina, de forma cristalina, que todo fato e todo ato (f-ato) possui uma geografia inscrita que lhe constitui. A tarefa da Geografia é explicitar essa dimensão espacial ou geográfica. Isso implica articular ação social, tempo e espaço.

O fato que abre o capítulo é o assassinato de Chico Mendes, no dia 23 de dezembro de 1988. As primeiras repercussões da morte do líder sindical, socialista e ecologista ocorreram na imprensa mundial e não na imprensa nacional. Silêncio sobre o assassinato de um dos principais líderes populares do Brasil. Após o silêncio inicial, a grande imprensa brasileira começa a repercutir “a repercussão internacional do fato e não o fato em si” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 48).

Há uma geograficidade subjacente a esses fatos. E aqui é preciso considerar como fatos não só o assassinato propriamente dito, mas também a sua repercussão. Havia um conflito imediato que envolvia pessoas concretas, num determinado local concreto: a comunidade do Seringal Cachoeira, no município de Xapuri, no estado do Acre, liderada pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Chico Mendes, e o proprietário da fazenda Paraná, Sr. Darli Alves da Silva. Um, o Sr. Darli Alves, agia em defesa do seu interesse individual, de sua propriedade, e o outro, Chico Mendes, em defesa do interesse de uma coletividade de seringueiros que lutava contra a destruição da floresta, de seu hábitat. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 48)

Evidentemente a “geografia dos fatos” não está apenas na sua localização cartográfica, mas, principalmente, na “tessitura das relações sociais” que a constituem. Para explicar o fato, Carlos articula os diferentes processos históricos e suas espacialidades nas diferentes escalas em que eles se constituem. Assim, para além da localização, o autor chama a atenção para a forma como a violência é um elemento que constitui a formação sócio-espacial brasileira, portanto, um traço estrutural e não particular daquele evento:

Essas marcas de violência e trajetória de Darli Alves o confirmam, não eram específicas daquele lugar. Ao contrário, caracteriza um determinado modo social de se apropriar da

natureza, enfim, de organizar o espaço em Minas Gerais, no Paraná, no Acre..., no Brasil em que o *mandonismo* e o *favor*, e não o direito, são característicos. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 49; grifos no original)

Outro elemento constitutivo da geografia do fato é o conflito de territorialidades que se expressa nas diferentes formas de apropriação da natureza e organização do território. De um lado, o seringal-empresa capitalista, de outro a territorialidade seringueira materializada na proposta da reserva extrativista.

Por fim, a estratégia dos seringueiros em repercutir suas lutas para além do Acre: alcançar a Amazônia e seus povos, o Brasil e, por fim, o mundo. Tratava-se, conscientemente, de ampliar as escalas políticas de atuação do movimento:

Essas iniciativas se, de um lado, ampliavam o conhecimento e o reconhecimento dos seringueiros entre os trabalhadores, socialmente tinham um alcance bastante limitado. Há, assim, *uma estratégia espacial* sendo posta em curso por um segmento social que, por sua vez, lançava mão do capital político e cultural de que dispunha, a partir dos limites e das possibilidades do *lugar geográfico e social* onde estava situado, situação essa que, por seu turno, materializava um estágio determinado da correlação de forças, das relações de poder. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 52; grifos nossos)

Nessa perspectiva, foi crucial a articulação da luta sindical com o ambientalismo, que permitiu “alçar vôo e romper com o isolamento secular dos seringueiros” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 53). É isso que explica a repercussão mundial do assassinato.

Assim, a “geografia de um fato” implica sua localização, a historicidade das relações que o constituem, as territorialidades implicadas e as escalas – geográfica e política – que o definem. É este conjunto articulado de elementos que nos permitem, efetivamente, extrair a geograficidade dos eventos, processos e fenômenos. É o que a Geografia deve fazer.

O capítulo 3 é denominado *Terceira localização ou (de)marcando a área de estudo*. Este capítulo nos ensina uma preciosa lição: a área de estudo é definida pelo processo, evento ou fenômeno que se quer estudar e não é definida *a priori*. No caso específico deste trabalho, a área de estudo é delimitada pela territorialidade dos seringueiros autônomos e os conflitos nos quais eles estão implicados.

Os elementos constitutivos desta territorialidade identificados e selecionados por Carlos são os seguintes: a. a identidade política e cultural, baseada na classe (seringueiros) e no espaço de referência identitário (Vale do Acre, Xapuri); b. nas práticas e estratégias de luta, principalmente nos empates⁹ (figura 1), que tem no uso e na apropriação do espaço um elemento decisivo e central para a territorialidade seringueira; c. a concentração de conflitos ao longo das rodovias que cortam o Vale do Acre, principalmente nas BR-364 e BR-317; a fronteira com a Bolívia, que representa, de um lado, a circunscrição dos limites políticos-administrativos que servem como o campo de lutas e afirmação de direitos e, ao mesmo tempo, a possibilidade da fuga para outro país com o objetivo de fugir da dívida gerada no seringal-empresa por conta da dinâmica de exploração do trabalho e da dinâmica de funcionamento do barracão.

⁹ O empate era a forma de luta consagrada pelos seringueiros para evitar o desmatamento da floresta, defender as colocações ou realizar algum protesto para chamar a atenção para uma determinada questão. No empate os seringueiros *ocupavam* o espaço, de forma coletiva, muitas vezes armados, para evitar ou denunciar as ações de seus antagonistas. A figura 1 é a capa do jornal Varadouro, outubro de 1979.

Figura 1 - Empate da Boca do Acre (1979)



Fonte: <https://ovaradouro.com.br/quem-somos/>

Assim, através dos elementos ativos da territorialidade seringueira, Carlos delimita sua área de estudo:

A região que será estudada é, assim, o vale do Acre-Purus e uma porção do vale do Abunã. É a região cortada pelas BR-364 e BR-317. Pelo caráter conflitual implica o estado do Acre, como foro onde deságuam jurídica e politicamente esses conflitos, enfim, o espaço-tempo da cidadania (...). É a região de fronteira com a Bolívia por todo o significado que ela tem, tanto do ponto de vista estrito do limite político e administrativo-territorial, como para a con-formação da subjetividade, para o modo como o lugar contribuiu para as relações sociais que fazem os lugares.

É a região dos *empates* que, tendo surgido em Basiléia (1976), no Seringal Carmen, se torna frequente em Xapuri, e desenha seus contornos no *Empate* de Boca do Acre (1979). Por meio dos *empates*, os seringueiros foram afirmando, figurando um determinado modo de se apropriar da terra, da floresta, enfim, um território que, mais do que conhecido, era preciso que fosse reconhecido. O *empate* foi a forma concreta de dizer que *aqui tem gente*, ou seja, que não se está diante de um *vazio demográfico*, questionam os seringueiros. Estão, pois, localizados, ou melhor, procurando um lugar no mundo. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 69-70; grifos no original)

Por fim, o capítulo 4, denominado *Quarta localização*. O ponto central deste capítulo é a maneira como Carlos insere o Acre no processo de formação sócio-espacial brasileiro e na dinâmica do próprio sistema-mundo moderno-colonial. Parte-se de um lugar, de um estudo de caso para se falar do Brasil e do mundo. A partir de uma luta localizada, são realizadas articulações que nos permitem sair da singularidade e falar da totalidade. É a demonstração de que o estudo de um lugar ou de um caso particular não precisa e não deve ficar circunscrito a si mesmo, mas, o contrário: sua riqueza está justamente na possibilidade de elucidar o único a luz dos processos globais. Parte-se do lugar para a totalidade para retornar novamente ao lugar.

O lugar, no caso o Acre, mais precisamente Xapuri, não está sozinho no mundo e não se explica por si só. É necessário identificar quais são os processos históricos que *atuam* na sua constituição. É necessário explicitar e identificar a *geograficidade* e as *escalas* de cada um desses processos e como elas se articulam. É um método caracterizado pela articulação dos eventos,

conjunturas e estruturas, na perspectiva de Fernand Braudel. Articula-se o singular e o universal, a parte e a totalidade, de forma que uma ilumine o funcionamento da outra.

Destacamos, brevemente, dois processos que exemplificam este procedimento. O primeiro diz respeito às relações do Acre com o Brasil: “o Acre foi tratado do mesmo modo que Canudos, isto é, como uma questão nacional, o que se passava localmente foi (des)considerado nessa ótica. O Acre nunca estivera tão perto do poder e a sociedade local tão longe deste mesmo poder” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 75). A criação do Território Federal do Acre é um “fato politicamente muito importante porque a receita proveniente da borracha serviu para manter o orçamento da União e, portanto, também o equilíbrio político contra a hegemonia, sobretudo, de São Paulo”. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 75). Assim,

O poder para os que vivem no Acre é exercido pelos de fora, seja do Rio de Janeiro, como encarnação do poder político formal, seja pelas Casas Aviadoras que, de Belém ou Manaus, detém o poder econômico sobre a região. Isso está inscrito no espaço concreto do dia a dia. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 75)

O segundo elemento é a inserção do Acre no sistema-mundo através do mercado internacional de borracha e todas as implicações políticas, econômicas e geopolíticas do processo, devidamente articuladas com as transformações em escala local, regional e nacional. Nesse sentido, o autor chama a atenção para a importância da borracha no final do século XIX e início do XX:

O Território Federal do Acre significava, na verdade, arrecadação diretamente pelo poder federal, de receitas daquela *unidade da federação que era a que mais produzia borracha*. O que não era pouco, haja vista que a *borracha rivalizava com o café*, maior fonte de divisas do país ao longo das últimas décadas do século passado e das duas primeiras décadas do século XX, até mesmo, *superando o café em alguns anos*. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 77; grifos nossos)

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, a Amazônia e, conseqüentemente, o Acre, ganham novamente destaque e importância na conjuntura mundial:

A borracha, pela sua importância estratégica para a indústria, será um trunfo de que o governo brasileiro lançará mão para afirmar seu projeto industrializante, diante dos apuros em que as forças aliadas haviam ficado com o bloqueio pelo Japão das fontes de suprimentos asiáticas. Os Acordos de Washington, assinados em 1942 entre o governo brasileiro e os Estados Unidos, envolverá não somente o fornecimento de borracha para os aliados. Envolverá, também, toda uma estratégia de um projeto nacional que, instrumentalizado por aquela conjuntura, por meio da borracha, obterá o financiamento para a Companhia Siderúrgica Nacional e a nacionalização da produção de ferro, por meio da criação da Companhia Vale do Rio Doce. (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 83)

Enfim, nos primeiros capítulos deste livro, Carlos demonstra a sua capacidade de articular e integrar organicamente teoria, método e empiria. Não há dissociação entre os conceitos e os processos. As análises são historicizadas e geografadas. O estudo de caso não está restrito ao particular, mas, a partir dele, podemos observar o funcionamento da totalidade. Partimos de Xapuri, do Acre, para a formação sócio-espacial brasileira e para o sistema-mundo. Aprendemos que os recortes espaciais e as periodizações são feitas a partir das ações dos protagonistas e suas territorialidades.

Arrematando

Geografando nos varadouros do mundo é um dos maiores livros da Geografia brasileira. É um livro que nos permite apreender de forma cristalina, em ato, em ação, o que é a Geografia e o que ela deve fazer. É um livro de epistemologia, teoria e método de nossa disciplina tão importante quanto A

Natureza do Espaço. Estão na mesma prateleira. É um livro que não trata apenas dos seringueiros do Acre. É um livro que trata da formação sócio-espacial brasileira. Um livro que toma, em primeiro lugar, o Brasil como uma questão e que se coloca a pensá-lo a partir de Xapuri, a partir da luta dos seringueiros autônomos que se constituem enquanto protagonistas na década de 1970 através das lutas dos trabalhadores organizados em sindicatos. É um livro que ilumina a formação do Brasil a partir da Amazônia. Ele ilumina o que é a Geografia e o que faz um geógrafo transformando-a em ato de geografar o mundo. Não é pouca coisa. Se alguém tem dúvida, as respostas estão lá.



Querido Carlos,

Em uma das homenagens que te fizeram, o MST plantou uma árvore que dá frutos e espalha sementes. Você, querido mestre e amigo, frutificou e espalhou sementes por todo o mundo. Cabe a nós, que ficamos, lançá-las ao vento e semear a terra.

Meu único conforto é saber que o tempo vai levar a dor e você viverá em mim e no mundo, pois tua luz, tua vida é grande demais para ser esquecida. Viverás nos varadouros de nossos corações.

Adeus, Carlos.

Te amo. Até o infinito.

Referências

- PORTO-GONÇALVES, C. W. (1978) A Geografia está em crise. Viva a Geografia! *Boletim Paulista de Geografia*, 55, pg. 5-29.
- _____. (1984) *Paixão da terra – Ensaios Críticos de Ecologia e Geografia*. Rio de Janeiro: SOCCI.
- _____. (1989) *Os (des)caminhos da natureza*. São Paulo: Contexto.
- _____. (2001) Entrevista para Mônica Machado. Disponível em <http://www.grupogeobrasil.uerj.br/geografo.php?id=49&lab=4>
- _____. (2003) *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira ou do seringal à reserva extrativista*. Brasília. IBAMA/MMA.
- _____. (2017) *Uma Geobiografia Téorico-Política: em busca de uma teoria social crítica a partir da Geografia*. Memorial apresentado para obtenção de título de Professor Titular. Universidade Federal Fluminense.
- SOJA, E. (1993) *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Zahar.